



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

MEMORANDUM AOS DELEGADOS - 27 JUNHO 2000



ASSUNTO: INFORMAÇÕES GERAIS

CARO CAMARADA:

1º Ponto da situação

Por vezes a vida apresenta-se nevoenta, com informações cruzadas e contraditórias, que nos leva a não conseguir ver claro as coisas da vida. Desde de Agosto do passado ano até ao momento, de uma forma discreta mas eficiente, conseguimos, utilizando diversas formas de intervenção, resolver e/ou desbloquear um conjunto de situações que reverteram noutras tantas vitórias para a categoria militar a que nos orgulhamos de pertencer. De facto, com milhares de exposições conseguimos que os camaradas 1SAR, na sua maioria, estejam hoje a auferir vencimentos por escalões acima do que lhes caberia por módulos de tempo; através do estudo, do empenho e da denúncia pública conseguimos que o Governo tivesse, finalmente, resolvido parte do problema do seguro de vida para os camaradas em comissão de serviço humanitária e de paz; devido ao acompanhamento interessado e constante das áreas sociais que contribuem para a nossa vida, detectámos e, usando os mecanismos de diálogo que conquistámos, conseguimos resolver o problema que a CGA estava a levantar a propósito da data a partir da qual se iniciava a contagem do acréscimo de 25% do tempo de serviço; através de uma luta de cerca de um ano e meio, assumindo várias formas de intervenção e privilegiando sempre que foi possível o diálogo, conseguiu-se que no Regulamento Geral do Serviço Naval em Terra (RGSNT) viessem consignadas velhas aspirações dos sargentos daquele ramo; devido a anos de luta consciente, responsável, empenhada e séria pela dignificação dos militares em geral e dos sargentos em particular, conseguimos um estatuto de credibilidade que se consubstancia num clima de diálogo que já levou a Comissão Parlamentar de Defesa a convocar a ANS por duas vezes para ser ouvida da primeira vez acerca da LSM e agora sobre o processo de revisão do DL 236/99, o EMFAR, que sob proposta do PCP entendeu levar a efeito - é um problema que ainda está a decorrer; através de um processo de que envolveu milhares de exposições dos sargentos dos três ramos reclamando acerca das desigualdades retributivas relativamente aos militares da GNR conseguiu-se, para já, que os CEM tomassem também essa questão em mãos e, embora acrescentando reclamações suas, propuseram ao MDN que a igualdade fosse reposta; recentemente, com centenas de cartas dirigidas ao órgão administrativo MDN acerca da debilidade dos meios de representação e de negociação em matéria salarial conseguimos, de entre outras coisas, fazer valer este direito constitucional, consignado no art. 268º da CRP. Outros aspectos positivos e interessantes poderiam ser focados, mas por ora bastam estes.

Duas conclusões:

Vale a pena lutar!;

Não há formas de luta esgotadas nem que percam a validade por alguma vez terem sido utilizadas: o que é preciso é adoptá-las correctamente em cada momento e proporcionadamente aos fins em vista!

Por outro lado, nem tudo são rosas e as que são têm muitos espinhos. Começa hoje a ser claro para todos o que já vínhamos dizendo no nosso jornal "O Sargento" há mais de um ano: em matéria de Defesa este Governo mostra-se mais interessado em manter um conjunto de indefinições do que em resolver os problemas com que a Instituição Militar e a Família Militar se debatem. Continuam as promessas acerca de alguns investimentos no reequipamento das FFAA, mas continuam a ser proteladas para datas sucessivamente mais dilatadas a resolução dos nossos problemas como os vencimentos, as carreiras, a definição dos quadros orgânicos, etc., etc.. Hoje, o que se pode considerar certo é o empenhamento governamental na constituição da Força de Intervenção

Europeia de 60 000 homens e de uma Força de Polícia, igualmente europeia, com 5 000 homens, com tudo o que essa decisão implica de desvio de verbas e de meios, e a venda de património das FFAA sem que conheça qualquer plano estratégico de aproveitamento das verbas resultantes em investimento na Instituição Militar. Outros aspectos negativos poderiam ser acrescentados sem acrescentarem mais clareza ao assunto.

A hora é de grande unidade, discernimento e disposição e disponibilidade de lutar pelos nossos direitos de cidadania!

2º - Sobre os processos em tribunal reclamando retroactivos a 95 na aplicação do DL 299/97

Tal como a ANS alertou na altura, em 97, os reclamantes começaram a receber os documentos para pagarem aos tribunais a que recorreram as custas dos processos. Como foi dito e redito na altura, este era um processo individual, em que cada reclamante constituía defesa através de um advogado e que se sujeitava, como em qualquer processo em tribunal, a ganhar ou a perder. Os tribunais têm estado a decidir por negar a razão aos reclamantes: é um risco que cada assumiu por si. A este propósito é bom relerem o que a ANS disse na altura através dos Boletins Informativos e do jornal "O Sargento".

3º - O Encontros de Sargentos

Como os camaradas sabem realizaram-se durante este mês três encontros de sargentos, um por cada ramo. Tiverem como propósito trocar informações sobre os aspectos gerais dos sargentos e específicos de cada ramo. Tiveram um conjunto de conclusões que serão enviados aos Órgãos de Soberania e cujas cópias seguem nesta remessa postal.

4º - Missões que impliquem ausência prolongada do seio familiar

A ANS tem recebido cartas de felicitações acerca da feitura e edição do Guia Prático. Essas felicitações vieram da parte: da Casa Militar do PR; do Assessor Militar do PM; do Director Geral do Pessoal do MDN; dos Grupos Parlamentares do PPD/PSD e do PCP. Da parte do ministério tomámos ainda conhecimento de que está em fase de projecto um conjunto de medidas de apoio às nossas famílias e que a ANS será ouvida no processo: *quem profia sempre alcança!*

Saudações associativas

P'la Direcção

David' Pereira